

Consórcio social da juventude rural: uma experiência de formação enquanto educadora

Ionara Cristina Albani

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Câmpus Rio Grande, CEP: 96.201-460 Rio Grande-RS, Brasil

ionara.albani@riogrande.ifrs.edu.br;

(Recebido em 01 de dezembro de 2013; aceito em 15 de janeiro de 2015)

Este artigo, além de trazer dados sobre a juventude da Agricultura Familiar da Região Sul e do Brasil, fundamentado em alguns teóricos da perspectiva marxista, relata uma experiência de um projeto de formação para jovens agricultores(as) familiares - o Consórcio Social da Juventude Rural-CSJR, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul-FETRAF-SUL/CUT. O trabalho retrata a história da federação que coordenou o CSJR e a organização dos jovens na mesma. Ressalta o esquecimento dessa parcela da população chamada jovens agricultores(as) familiares, no que diz respeito à história das políticas públicas, mostrando muitos avanços conquistados nos últimos anos, porém que precisam ser ampliados e melhorados. Descreve o detalhadamente o projeto, mostrando os resultados obtidos, ressaltando alguns desafios e apontando algumas sugestões.

Palavras-chave: Juventude. Agricultura Familiar. FETRAF-SUL/CUT.

Social consortium of rural youth: an educational experience as educator

This article, besides showing data about youngsters in Family Farming in the South Region and in Brazil, based on some theorists, reports an experience of a formation project for young family farmers – the Consórcio Social da Juventude Rural-CSJR, coordinated by the Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul-FETRAF-SUL/CUT. This paper portrays the history of the federation that coordinated the CSJR and the youngsters' organization in it. It emphasizes the oblivion of this parcel of the population called young family farmers, regarding the history of public policies, showing many advances conquered in the last years, but that need to be enlarged and improved. It describes the project in details, presenting the obtained results, highlighting some challenges and pointing out some suggestions.

Key words: Youngsters, Family Farming, FETRAF-SUL/CUT.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho relata a experiência de um projeto de formação para jovens agricultores(as) familiares, o Consórcio Social da Juventude Rural - CSJR, que abrangeu os três estados da região Sul do Brasil, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL/CUT. O fenômeno acima referido foi escolhido por alguns motivos, dentre eles destaca-se: a oportunidade de acompanhar a implementação do projeto, atuando como educadora de duas turmas na Região do Alto Uruguai Gaúcho; a percepção de algumas diferenças na atuação e/ou resultados do projeto ao comparar os educadores que participavam deste movimento social e tiveram uma formação voltada à Agricultura Familiar e à luta social em relação aos que eram apenas simpatizantes; o entendimento de que esta experiência pode servir como aprendizagem para colaborar com a elaboração e o desenvolvimento de outros processos de formação; e, por último, enquanto militante e dirigente sindical da FETRAF-SUL/CUT (coordenadora regional e estadual de jovens), por um período de 05 anos, compreendo que devo continuar contribuindo com esta organização que faz parte da minha história de vida.

A metodologia utilizada neste artigo é descritiva, pois trata de relatar uma experiência de projeto de formação. O trabalho partiu da leitura e análise de materiais bibliográficos referentes ao tema e também em dados e pesquisas, inclusive desenvolvidas a partir do projeto. Cabe ressaltar que vários elementos trazidos no artigo foram vivenciados e observados através da prática enquanto educadora do projeto e dirigente sindical da FETRAF-SUL. O método está fundamentado no materialismo dialético, ressaltando os problemas enfrentados pelo(a) jovem da Agricultura Familiar no decorrer da história e fazendo algumas comparações entre os(as) jovens que participam dos debates e ações da FETRAF-SUL e participaram do projeto e os que não participam desses espaços.

Este estudo está dividido em seis subtítulos, sendo que o primeiro descreve a relação da pesquisadora com o tema deste artigo; o segundo discute a situação do(a) jovem da Agricultura Familiar; o terceiro apresenta a FETRAF-SUL/CUT, seu trabalho e organização em relação aos jovens da Agricultura Familiar; o quarto apresenta o Projeto Consórcio Social da Juventude Rural; o quinto mostra os resultados obtidos através do Projeto, bem como aponta as limitantes e/ou desafios encontrados no decorrer do processo e na sua continuidade, propondo algumas sugestões ou contribuições para superar ou amenizar essas limitantes; e, por último, apresentam-se as considerações finais.

2. RELAÇÃO DA PESQUISADORA COM O TEMA

Cresci em um ambiente familiar de militância, sendo incentivada e despertando o interesse em lutar pela valorização da agricultura familiar. Aos 16 anos, eu já participava de reuniões e atividades sindicais relacionadas aos jovens da agricultura familiar. Ao concluir o Ensino Médio, fui selecionada para cursar Pedagogia em uma turma (constituída somente por agricultores familiares), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS conveniada com a FETRAF-SUL/CUT.

Assim que me formei, fui convidada pela FETRAF-SUL/CUT, para fazer a seleção para educadora do Projeto Consórcio Social Juventude Rural – Sementes da Terra e do Projeto Mulher. Participei da seleção e fui uma das escolhidas para fazer parte deste projeto, que hoje se constitui em objeto dessa pesquisa. Atuando como educadora pela primeira e única vez, percebi que o que me movia não era ser educadora apenas, mas sim trabalhar com jovens agricultores familiares, pois eu era jovem agricultora familiar e vivenciava exatamente o que eles relatavam. Não estava lá pelo emprego; estava lá pela causa. Com a participação no CSJR, pude perceber a importância de conhecer para transformar, a importância de sentir-se pertencente àquele lugar, pois trabalhei com educadores militantes e também com aqueles que eram apenas simpatizantes.

Meu envolvimento com a Federação foi intenso, tanto que, quando encerrou o projeto, fui convidada para trabalhar como coordenadora de jovens da FETRAF-SUL/CUT no RS. Aceitei o desafio e continuei o meu trabalho, de forma direta, com os jovens da agricultura familiar. Mais tarde assumi também a coordenação de jovens e de mulheres da região Alto Uruguai do RS. Neste período, fiz Especialização em Desenvolvimento Regional na Universidade Meridional – IMED, em Passo Fundo, desenvolvendo uma pesquisa que buscou compreender qual a concepção da FETRAF-SUL/CUT sobre desenvolvimento.

Há três anos estou trabalhando como Técnica em Assuntos Educacionais, no IFRS, Câmpus Rio Grande e, atualmente, faço Mestrado em Educação Ambiental, na Universidade Federal de Rio Grande – FURG. Na pesquisa, busco compreender o seguinte problema: Que princípios da Educação Ambiental emergiram do processo de formação de educadores do Projeto Consórcio Social da Juventude Rural - Sementes na Terra, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul?

3. JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos poucos estudos realizados sobre juventude rural, uma das questões que tem merecido atenção especial é o êxodo rural. Isso é realmente preocupante, conforme mostram dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo de 2000, os quais afirmam que há, no Brasil, 34.081.330 jovens com 14 a 24 anos¹, mas apenas 18% deles residem no meio rural. Ainda, segundo esse mesmo Instituto, de 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no meio rural. Na região Sul vive 19% da população jovem rural brasileira, o que equivale a 1 milhão de pessoas. O gênero masculino corresponde à maioria dessa população, totalizando 53% dos seus habitantes.

O gênero feminino realiza mais êxodo rural, representando 52% da migração jovem. Conforme Brumer e Spanevello [1], essa afirmação relacionada a gênero possibilita “estabelecer conexões na maneira como os rapazes e as moças se envolvem na divisão de trabalho e na partilha da renda, no interior dos

¹ Idade utilizada pelo Programa Jovem Aprendiz, definida pela Lei Trabalhista nº 10.097 de dezembro de 2000, a Lei 10.097.

estabelecimentos familiares agrícolas, e suas aspirações educacionais e ocupacionais”. Os jovens têm certa autonomia em relação às jovens do meio rural, devido à cultura conservadora, bem presente e significativa nesse espaço. Nesse sentido, ocorre um envelhecimento e masculinização no campo. A juventude rural caracteriza-se como um setor fragilizado da sociedade, invisivelmente reconhecida acadêmica, política e socialmente, sendo assim dificilmente ganha espaço na agenda governamental. Esses fatores fazem com que o jovem não tenha perspectiva no meio rural, migrando para as cidades. Segundo Weisheimer [2]:

A “situação de invisibilidade” a que está sujeito esse segmento da população se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão.

Mas é importante ressaltar que, devido a essas dificuldades, os(as) jovens têm se desafiado a organizar-se em entidades, sindicatos, federações, discutindo, elaborando pautas e reivindicando políticas públicas que contribuam para sua permanência no meio rural, pois, segundo a Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT [3], em uma pesquisa realizada pelos mesmos:

[...] a maioria dos jovens gostaria de continuar trabalhando na agricultura. Muitos dos filhos e filhas de agricultores familiares alimentam a esperança de construir suas vidas no campo, constituindo novas famílias de agricultores e sobrevivendo dignamente com a renda obtida nas atividades agropecuárias ou em outras atividades rurais (mesmo que não sejam agrícolas).

Brumer e Spanevello [1] também afirmam que, na pesquisa realizada, os(as) jovens gostariam de permanecer no meio rural, mas os mesmos dizem que as condições os obrigam a migrarem para as cidades. Com esse desejo e muita mobilização, ganharam mais visibilidade e alguns olhares governamentais. Cito programas e projetos, tais como Nossa Primeira Terra, Pronaf Jovem, Pro Jovem, Consórcio Social da Juventude Rural, dentre outros.

O CSJR resultou em uma pesquisa desenvolvida com e pelos(as) educandos(as) do projeto em relação ao perfil destes(as) jovens, levando fortemente em consideração o preocupante êxodo rural. Nessa pesquisa, segundo Brumer e Spanevello [1], as questões mais relevantes que contribuem para o êxodo rural, avaliadas pelos jovens pesquisados, são, respectivamente: falta de incentivo e políticas públicas; acesso à educação, pouca renda, falta de lazer, e pouco reconhecimento da família. Tendo em vista essas limitantes, Weisheimer [2] ressalta que, por mais que sejam poucos,

Os diferentes trabalhos apontam no sentido da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas específicas para os jovens rurais, entre as quais se destaca a pertinência de um projeto educacional que valorize o meio rural e prepare os jovens a se desenvolverem como agricultores.

É importante levar em consideração que a educação tradicional não trabalha o meio rural como uma possibilidade de trabalho e renda para o jovem, sendo que as nossas escolas têm como modelo uma educação urbanizada. Concorde-se com o autor acima citado e afirma-se que o currículo escolar deve valorizar o meio rural e trabalhar com essa realidade, pois, conforme pesquisas, os(as) jovens da Agricultura Familiar não querem estudar para sair do meio rural, mas sim para trabalhar e viver dignamente nesse meio. Se o(a) jovem decidir ir para a cidade, que seja por opção, e não por obrigação. Além de educação voltada à realidade do meio rural, são necessárias políticas públicas específicas e integradas, como acesso a crédito, terra, formação, assistência técnica, etc.

É importante ressaltar que alguns espaços foram e estão sendo conquistados, mas muito ainda tem-se por conquistar, enquanto jovens agricultores familiares, pois, segundo Frigotto [4]: “Quem paga são os pobres ou a remediada classe média. Mas isso também tem limites”. A maioria dos (as) jovens rurais têm consciência da situação em que se encontram, por isso devem organizar-se para enfrentar e superar os desafios colocados a sua frente.

4. FETRAF-SUL/CUT

FETRAF-SUL/CUT é a sigla que significa Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, orgânica a Central Única dos Trabalhadores-CUT. É uma organização Sindical que representa, organiza e mobiliza os agricultores e agricultoras familiares da região Sul do Brasil. Hoje é representado pelo seu coordenador geral, Rui Valença.

4.1 O Processo de Criação da FETRAF-SUL/CUT e sua atuação

Foi criada no I Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado em Chapecó-SC, de 28 a 30 de março de 2001, onde estiveram presentes 1.212 delegados, representando as comunidades de agricultores familiares de diversos municípios dos três estados do sul. A Federação foi fundada por 95 Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Hoje está organizada em 119 sindicatos que representam 284 municípios dos três estados do Sul (em vermelho no mapa), conforme mostra mapa a seguir:

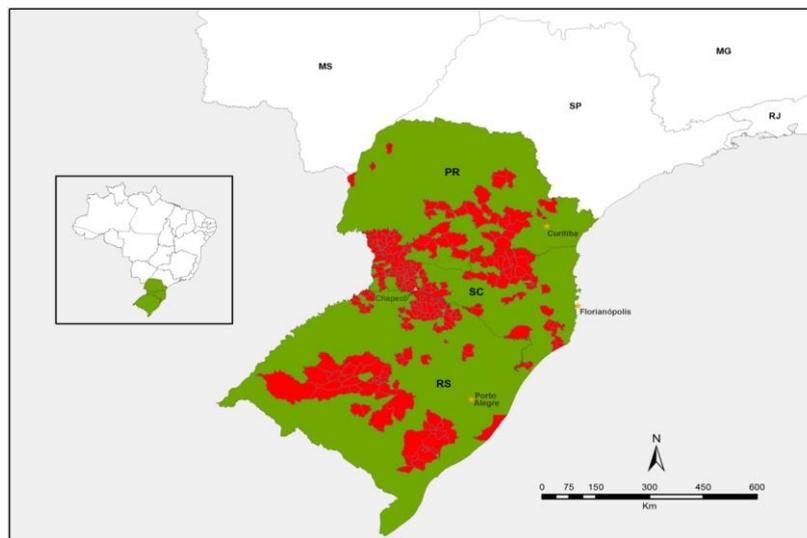


Figura 01: Mapa dos municípios em que se localizam os sindicatos filiados à FETRAF-SUL/CUT, atualmente. Fonte: Acervo da FETRAF-SUL/CUT.

Dentro da estrutura da Federação, foram constituídos os coletivos de Jovens e de Mulheres, além das secretarias de Formação, Produção e Socioeconômica Solidária, Gestão e Finanças, Política Sindical e Organização, Política Agrícola e Agrária, Políticas Públicas e Comunicação.

A entidade surgiu com o objetivo de superar alguns desafios, tais como:

- ✓ construir a visibilidade, identidade e representação da Agricultura Familiar;
- ✓ ser um ator social e político no processo de elaboração e construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tendo presente a Agricultura Familiar como um setor estratégico;
- ✓ ser um instrumento político de potencialização do ator social-Agricultura Familiar - na disputa de espaços na sociedade e na própria esquerda;
- ✓ enfrentar e romper com o modelo do sindicalismo oficial; dentre outros.

Conforme Silva e Reich [5]: “A FETRAF-SUL tem pela frente importantes metas, que pressupõe a superação de uma estrutura sindical fragmentada, culturalmente enraizada, sem, no entanto, centralizar sua atuação num macro espaço regional”.

A FETRAF-SUL/CUT, em conjunto com outras organizações da Agricultura Familiar, vem construindo alternativas na organização da produção, consolidando grupos de formação informal, associações, cooperativas (de comercialização, de crédito e de produção), agroindústrias familiares, e desenvolvendo projetos ligados à agroecologia. A Federação luta e implementa ações para a produção de um processo de sustentabilidade, pois acredita que a estratégia de desenvolvimento deve privilegiar e potencializar as características da Agricultura Familiar, as dinâmicas locais, as formas organizativas do tecido social e o acúmulo das organizações sociais.

Essa Federação credencia-se cada vez mais como uma entidade legítima que representa a Agricultura Familiar do Sul do Brasil, tendo desenvolvido seu papel de forma séria, eficiente e comprometida. Sendo assim, concretizou-se em uma das principais ferramentas de fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar, acumulando, ao longo de sua caminhada, conquistas importantes. Silva e Reich [5] complementam: “Cabe à Federação [...] conhecer as necessidades e ter a capacidade de formular políticas que possam atender e envolver esta diversidade socioeconômica entendida como *agricultura familiar*”. Portanto, a luta deve continuar no sentido de alcançarmos ainda mais conquistas.

Os eixos prioritários de intervenção e/ou atuação para o próximo período, discutidos e aprovados no último congresso da FETRAF-SUL/CUT, além da ousadia de um salto de qualidade na organização do sistema FETRAF, são: mulheres - novas relações de gênero e igualdade de oportunidade; juventude – promoção de condições para a permanência no campo; organização da produção e cooperação: garantia de renda digna; meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia; assistência técnica rural e pesquisa – a serviço da agricultura familiar; questão agrária e acesso a terra – para criar raízes; habitação rural – morar bem faz parte da dignidade humana; educação e qualificação profissional – valorização da agricultura familiar; integrados – valorizar o trabalho do agricultor familiar.

Conforme FETRAF-SUL/CUT [6] em sua proposta de Tese do IV Congresso:

A IX Jornada Nacional de Lutas da Agricultura Familiar, o processo de negociação, ações e mobilizações neste ano de 2013 deverão considerar o conjunto das demandas e necessidades da agricultura familiar, nos seus diversos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Para tanto, deverá ser elaborada, de forma articulada em nível nacional pela FETRAF-BRASIL e em conjunto com as demais Federações da Agricultura Familiar, uma pauta de reivindicações que contemple esse conjunto de questões a serem negociadas com os diversos órgãos públicos. As mobilizações de 2013 deverão ainda considerar reivindicações a serem negociadas no nível de cada estado e também nos municípios, cuja pauta será de competência, respectivamente, de cada estado e sindicato elaborar e negociar. No entanto, este IV Congresso da FETRAF-SUL/CUT deverá definir quais questões serão consideradas vitais, ou seja, que norteiam o debate e o processo de negociações, elementos estes estratégicos e que aglutinarão a demanda da Agricultura Familiar da Região Sul.

A FETRAF-SUL/CUT mantém relações institucionais com várias entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais, principalmente na área de produção e cooperação, sempre priorizando intercâmbios culturais. Também tem participação efetiva em alguns conselhos, como: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF; Centro de Estudos de Direito Econômico e Social - CEDES e Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE.

Cabe ressaltar que em novembro de 2005 foi criada a FETRAF-BRASIL/CUT para construir um novo sindicalismo no campo, contrapondo a estrutura oficial do sindicalismo rural, representado por federações e sindicatos que infelizmente não superaram vícios antigos, como o assistencialismo, a subordinação ao poder local, a falta de lutas por créditos, por terra, por direitos e por justiça social e a falta de democracia no sindicato. A mesma nasceu para dar organicidade ao movimento sindical da Agricultura Familiar, buscando sempre uma atuação articulada e unificada do conjunto dos movimentos sociais combativos, a fim de criar

condições para o redimensionamento do modelo de desenvolvimento, a partir da intervenção articulada do conjunto das políticas públicas de forma integral e integradora.

4.2 FETRAF-SUL/CUT e jovens agricultores familiares

A organização da Juventude da Agricultura Familiar, em sua caminhada, tem feito uma opção pela sua estruturação no movimento sindical, conquistando espaços nas direções e no espaço específico de organização, através das coordenações da juventude e dos coletivos. Conforme Juventude da FETRAF-SUL/CUT [7]:

Nós somos, com o maior prazer, a juventude da FETRAF-SUL/CUT. Somos integrantes e a continuidade da mais rica tradição de lutas sociais do campo brasileiro, que perpassa os diversos e sucessivos movimentos sociais que ao longo da história do Brasil lutaram por liberdade de organização social, pela democratização do país, por políticas de acesso a terra e reforma agrária, por distribuição de renda e de riquezas, por políticas públicas apropriadas e favoráveis aos trabalhadores do campo. Somos a continuidade daqueles lutadores sociais que ao longo do tempo sofreram perseguições, repressão, e até mesmo tomaram na luta, mas que enfrentaram os seus medos, os seus patrões, a repressão policial, e também o autoritarismo de Estado que por muito tempo esteve presente neste país e sufocou as liberdades e oprimiu trabalhadores e jovens estudantes que lutavam pelos seus ideais.

Na FETRAF-SUL/CUT, os coletivos são os espaços de direção e de condução do movimento, sendo, a partir dos mesmos, construídos outros instrumentos organizativos para o acesso e para a viabilização das políticas como são as associações e as cooperativas. Os coletivos de jovens são organizados em três âmbitos: Região Sul, Microrregionais e de Sindicatos Municipais e têm como papel:

- ✓ coordenar e implementar as políticas definidas nas diferentes atividades da juventude e do movimento sindical;
- ✓ coordenar e planejar as atividades da juventude;
- ✓ manter articulação com outros espaços de organização da juventude e das instituições em que trabalha e estuda a juventude da Agricultura Familiar;
- ✓ conquistar e garantir espaço no movimento sindical para a organização, políticas e demandas da juventude e dar visibilidade à juventude da Agricultura Familiar, às suas ações políticas, construindo a identidade desse setor.

A composição do coletivo Regional Sul é feita com a participação de dois jovens por microrregião. Os coletivos Microrregionais são compostos pelos coletivos dos sindicatos municipais que, por sua vez, possuem representações das comunidades. Entende-se por comunidade, grupos de famílias de agricultores, familiares que residem próximos e que organizam/participam conjuntamente, de atividades festivas e religiosas no meio rural.

O que vem permeando e impulsionando a organização é a necessidade de construir as condições necessárias para que os (as) jovens possam permanecer no campo com dignidade. Essa tornou-se a principal pauta: a conquista das políticas públicas específicas. Dentre as bandeiras de lutas, destaca-se: políticas de acesso a terra; política agrícola e geração de renda; acesso à educação e que esta seja voltada à realidade do campo; cultura e inclusão digital; vida rural e meio ambiente. Conforme Juventude da FETRAF-SUL/CUT [7]:

Somos a juventude da FETRAF-SUL/CUT, nos orgulhamos de pertencer à agricultura familiar, de morar no meio rural, da nossa cultura e dos nossos símbolos. Orgulhamo-nos de lutar por nossos direitos, por políticas públicas que consideramos importantes, pelo que acreditamos, por um mundo melhor para nós, para nosso povo, para todos e para os que virão depois de nós, pois saberão, que tornamos realidade o refrão do hino nacional brasileiro: *“verás que um filho teu não foge à luta”*.

É importante destacar também a necessidade da ampliação dos espaços de participação destes jovens nas organizações da Agricultura Familiar. Um marco importante na organização dos(as) jovens da FETRAF-

SUL/CUT foi a realização de três acampamentos: o primeiro realizado em maio de 2003 em Xanxerê - SC, com a participação de 2.000 jovens, o segundo no mês de março de 2006 em Esteio – RS, com a participação de 1.500 jovens, e o terceiro em maio de 2011 em Concórdia – SC, com a participação de 1.500 jovens. Os mesmos levantaram como bandeira, respectivamente, acesso a terra, que resultou no Programa Nossa Primeira Terra, temas educação e renda, e formação. Em 2012, realizaram-se três acampamentos estaduais, envolvendo mais de 1.000 jovens nos debates.

Fruto da organização, a partir de um intercâmbio que os(as) jovens da FETRAF-SUL/CUT têm com uma organização de jovens rurais da Holanda, iniciou-se a organização de duas experiências piloto de geração de renda com jovens, sendo uma agroindústria de leite no município de Arvoredo - SC e uma Rota Turística – Caminhos da Agricultura Familiar, no município de Marcelino Ramos - RS. Para reforçar o que significa os jovens participarem e atuarem nas organizações da Agricultura Familiar trago aqui a Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da CUT [3], os quais dizem que:

[...] os jovens devem ser vistos como atores sociais que precisam ser incorporados nos trabalhos de nossas organizações. Devem ser considerados também como um segmento da Agricultura Familiar que é capaz de formular reivindicações e propostas concretas que apontem para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural e que solucionem os graves problemas vivenciados atualmente pela juventude rural do Sul. Nesse sentido é preciso que os jovens se reconheçam como sujeitos capazes de participar da definição e implementação de novos direitos sociais.

Entende-se por ator social o sujeito que representa seu grupo ou classe, luta e busca alternativas políticas em prol de seu coletivo, ou seja, atua de modo emancipatório, conforme afirma Ruscheinsky [8]:

O discurso nas ciências sociais que trabalha a noção de ator ou de sujeito compreende-o em seu atuar de modo emancipatório. A sua forma e o imaginário dos atores sociais quanto ao meio ambiente são invocados como fenômenos da história, cujas características são a política, a democracia, a práxis, cidadania e sustentabilidade.

Os atores sociais têm o papel de, através da participação e da organização em grupos sociais, lutar e agir buscando a mudança, gerando um desequilíbrio na ordem social estabelecida. São agentes que trabalham a partir das contradições e dos conflitos entre os seres humanos e destes com a natureza. Conforme Ferraro Júnior [9]: “Na leitura da realidade a situação dos atores representa a capacidade de explicar os problemas e elaborar planos para enfrentá-los”.

A Federação acredita que com uma intervenção organizada dos(as) jovens agricultores(as) familiares foi possível avançar em questões históricas, como no caso da construção de políticas públicas específicas, contribuindo para o acesso e permanência dos jovens no campo, como citado anteriormente o Programa do Governo Federal - Nossa Primeira Terra. Porém, entende que a permanência do(a) jovem no meio rural não só depende de políticas públicas voltadas para esse público, mas também de uma efetiva organização desses jovens para a concretização de políticas públicas já conquistadas. Um dos grandes desafios hoje é a construção de alternativas de geração de renda para propiciar uma melhoria na qualidade de vida da juventude, fazendo do meio rural um lugar bom para se viver.

5. DESCRIÇÃO DO PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE RURAL

O projeto CSJR, partiu do Programa Primeiro Emprego e foi adaptado ao meio rural, tendo como entidade âncora a FETRAF-SUL/CUT, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Esse projeto - denominado pela entidade âncora acima citada de “Sementes na Terra”- foi organizado e articulado a partir de um conjunto de sujeitos com funções distintas durante a execução, que foram: o Coletivo de Formação, o Coletivo de Jovens, a equipe de Assessoria de Formação, a equipe de Assistentes Pedagógicas, o conjunto de Educadores(as), a Coordenação de Juventude da FETRAF-SUL/CUT, os(as) Coordenadores(as) de turma e os(as) jovens educandos(as).

O projeto teve como objetivo principal promover espaços coletivos de formação de jovens agricultores(as) familiares em agentes de desenvolvimento, qualificando suas intervenções nas políticas públicas, para

construção de alternativas de geração de renda e no seu processo organizativo. Dentre os objetivos específicos, destaca-se: estimular os(as) jovens a participarem e contribuírem nas organizações da Agricultura Familiar, ocupando espaços nas direções, conselhos, etc; possibilitar um diálogo intergeracional nas famílias dos(as) jovens envolvidos(as) e, enquanto Federação, produzir e acumular materiais sobre a juventude da Agricultura Familiar para contribuir no debate e ações da mesma. Com esses objetivos e outros, pretendia-se potencializar a permanência do(a) jovem no campo. Algumas metas também merecem destaque, como: inserir 30% dos(as) jovens em Políticas Públicas; realizar 02 intercâmbios técnicos de troca de experiência por turma; construir pelo menos um projeto produtivo por turma para melhorar a renda dos(as) jovens envolvidos(as).

O CSJR abrangeu os três estados do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) e o público que participou do projeto foi de aproximadamente 700 jovens, a maioria com uma faixa etária entre 16 e 24 anos, prioritariamente de baixa renda, trabalhadores rurais ou filhos de agricultores familiares, distribuídos em 22 turmas.

O mesmo foi desenvolvido em 480 horas; dessas, 240 horas foram em 10 módulos de 24 horas (três dias consecutivos), realizados em 08 meses. As outras 160 foram de atividades (intercâmbios, pesquisas, visitas). Em cada módulo eram trabalhados dois dias com temas gerais, como: juventude como sujeito social; desenvolvimento; organização da Agricultura Familiar; políticas públicas para a juventude; organização da produção; agroecologia; agroindustrialização; comercialização; entre outros. As oficinas técnicas, que eram de um dia por módulo, foram momentos de capacitação dos jovens na forma prática, dialogando com os temas gerais dos módulos. Cada turma trabalhava com um tema produtivo específico que tivesse relevância na região como: produção de leite; agroindústria, turismo rural; produção e comercialização de frutíferas; hortaliças; etc.

Os educadores que trabalharam com as turmas foram contratados pela entidade-âncora, sendo que passaram por um processo contínuo de formação, baseado nos princípios da educação popular. Conforme FETRAF-SUL/CUT [10]: “Podemos afirmar que é na metodologia que transparece a concepção de educação que o (a) educador (a) tem como opção, pois está, além da dinâmica, intimamente imbricada com o conteúdo.” A Educação Popular tem como ponto de partida a prática social. Para tanto, faz-se necessário que todos os envolvidos no processo de formação percebam-se como construtores e sujeitos da história, assumindo compromissos e responsabilidades no processo de transformação. Segundo Freire [11]: “Este esforço, o de diminuir a distância entre o discurso e a prática, é já uma das virtudes indispensáveis - a da coerência”. Não era necessário os educadores serem formados na área, porém deveriam ter perfil e conhecimento sobre Agricultura Familiar para trabalhar com os educandos. Já os técnicos foram contratados de entidades parceiras da FETRAF-SUL/CUT e também passavam por um processo de formação.

Foram realizados cinco encontros de formação, que serviam especialmente para a preparação dos educadores(as) sobre os temas a ser trabalhados, trocar experiências sobre as dinâmicas utilizadas nas turmas, construir o percurso formativo para o trabalho com os jovens, interligar as ações do projeto com as estratégias da FETRAF-SUL/CUT, conciliar processo formativo com processo organizativo, proporcionar momentos de avaliação do processo e projetar melhor as ações de forma coletiva e articulada. Tal prática está em consonância com a compreensão de Loureiro [12], segundo a qual:

[...] educar sem clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade, de sua responsabilidade social, e sem a devida problematização da realidade, é se acomodar na posição conservadora de produtor e transmissor de conhecimentos e de valores vistos como *ecologicamente corretos*, sem o entendimento preciso de que estes são mediados social e culturalmente.

Todo o processo formativo foi baseado na realidade dos(as) jovens e seus desdobramentos. Nesse sentido buscou-se a problematização da vida concreta e o estabelecimento de relações entre a experiência imediata e os determinantes de ordem histórico-sociais mais gerais, pois conforme reflexão de Freire [11]: “Por que não estabelecer uma” intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos”?

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9394/96 [13]: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas

instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

O processo formativo, desse ponto de vista, é constituído não de professor e alunos, mas de homens e mulheres, adultos e jovens, reunidos para estudar, pesquisar, refletir, problematizar e atuar coletiva e solidariamente no mundo em que vivem, construindo um novo projeto de sociedade mais justa e solidária. Sobre isso Brandão [14] diz que: “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

6. AVANÇOS E LIMITANTES

O CSJR, na sua primeira edição com jovens da Agricultura Familiar, demonstrou ter eficácia enquanto projeto que atende a juventude rural, apesar de que várias questões precisam ser aperfeiçoadas e ou modificadas na sua concepção, na forma de execução e da necessidade de políticas complementares pós-consórcio. As políticas de Estado, na maioria das vezes, se mostram inadequadas ou insuficientes para atender certas realidades de grupos sociais específicos. Mas, mesmo com as críticas e melhorias necessárias a serem feitas, certamente pode-se afirmar que o Consórcio Social da Juventude Rural representou uma ação concreta do Estado relacionada aos jovens agricultores(as) familiares, que historicamente sempre foram esquecidos(as) ou excluídos (as) das preocupações dos gestores do Estado.

6.1 Avanços

O projeto Consórcio Social da Juventude Rural se apresentou inicialmente e comprovou ser uma possibilidade de o Estado atingir um público até então desprovido de políticas, antes não visto às ações do Estado. E, mesmo sendo uma ação que foi pensada, direcionada e moldada para o meio urbano, que teve que sofrer adaptações metodológicas para ser aplicado ao meio rural, se mostrou capaz de cumprir com alguns objetivos e metas junto à juventude rural.

Neste sentido, pela possibilidade de participar da implantação do Consórcio e atuar como educadora formadora compreendo que este estabeleceu um plano de trabalho com objetivos e metas, que dialogavam com as necessidades da Agricultura Familiar e atendeu as demandas da área de abrangência, com um formato metodológico que conseguiu contemplar os anseios dos(as) jovens, obter as respostas para as finalidades institucionais e ser adaptadas à realidade rural. Constituiu-se em um espaço de formação profissional que atendeu a demandas técnicas específicas, mas, mais do que isso, tornou-se um espaço privilegiado de reflexão sobre a realidade do país, de socialização e de geração de conhecimentos.

A iniciativa conseguiu, ainda, promover o encontro de jovens em grupos, que antes em maior parte estavam dispersos, depois encontraram-se reunidos participando de um processo que lhes sinalizou possíveis saídas, o que possibilitou a reflexão coletiva da sua condição de geração, de origem cultural e de classe social. Esse fato lhes trouxe explicações, desvendou significados e deu sentidos para questões antes um tanto confusas e sem rumos, comprovando que cultura se faz e se refaz e que ser agricultor familiar se torna, a partir do reconhecimento de sua própria história, a sua legítima cultura. Pode-se dizer que o projeto conseguiu, junto à juventude participante, uma reflexão sobre a realidade atual e histórica da agricultura geral e especificamente da familiar, que levou os (as) jovens a se assumirem como agricultores (as) familiares, condição escamoteada no período inicial dos encontros do CSJR. Propiciou e gerou certa unidade, que configura uma identidade coletiva da juventude da Agricultura Familiar do Sul do país.

Ao se analisar, a partir da perspectiva do crescimento político pessoal e coletivo, e de ampliação da participação em espaços de representação, de proposição e direção, pode-se constatar uma revitalização e renovação dos coletivos de juventude ligados à FETRAF-SUL CUT.

Do ponto de vista de gênero, também se teve um resultado significativo. Desde o início, se encaminhou por estabelecer uma política de quotas de gênero. Definiu-se por no mínimo 30% de mulheres, mas buscando-se por ampliar essa percentual, na perspectiva de ter maior igualdade da participação e, na maioria

das turmas, a participação das meninas foi significativa, tanto do ponto de vista percentual como de participação ativa no processo, muitas vindo a ocuparem espaços nos coletivos e direções de sindicatos. Esse dado é de fundamental importância, pois os estudos realizados sobre o perfil da juventude rural, especialmente da Agricultura Familiar, nos últimos anos, mostram uma crescente masculinização desta área, ou seja, as meninas migram mais para as cidades, por não verem perspectivas no meio rural.

Outro avanço importante foi o acúmulo da Federação no que diz respeito a jovens da Agricultura Familiar, destacando aqui a produção de materiais aos educandos (as), materiais de subsídio aos (as) educadores (as), e em especial a Pesquisa Realizada em parceria com a Universidade do Rio Grande do Sul-URGS sobre a juventude da Agricultura Familiar do Sul do Brasil, já sistematizada e publicada. Cabe ressaltar também, a iniciativa de vários (as) jovens, em desenvolver na propriedade projetos produtivos de alternativas de trabalho e renda, ou seja, o projeto contribuiu para a capacitação e melhoria da propriedade.

Nas avaliações realizadas, que oportunizaram o envolvimento das famílias dos(as) jovens que participaram do CSJR, em seus depoimentos falavam da mudança positiva de comportamento de seus(as) filhos(as), buscando conhecer, entender melhor a propriedade e a produção de sua família, contribuindo para melhorá-la. Percebeu-se também que se iniciou um diálogo intergeracional, que anteriormente, na maioria das famílias não acontecia, uma vez que as iniciativas dos(as) jovens eram recebidas com muita resistência.

6.2 Limitantes

Por ser um programa pensado para o meio urbano e adaptado ao meio rural, o programa apresentou também alguns desafios. O tempo necessário para execução deveria ter sido maior para construir o campo como referencial, aumentar ainda mais a autoestima dos(as) jovens e consolidar a identidade de juventude da Agricultura Familiar. Sobre a comprovação dos(as) jovens em relação à Agricultura Familiar, para acessar as políticas públicas, deveria ter sido diferente, pois ao invés de estimular a reconversão da propriedade para a agroecologia, aceitou-se como comprovante, por exemplo, notas de insumos, inclusive de agroquímicos, e em contraponto não foi aceito o bloco de produtor familiar. A realidade da Agricultura Familiar e a concepção da FETRAF-SUL/CUT permitiam outras formas de inserção que não foram incorporadas à comprovação dos(as) jovens.

Apesar de ter havido um diálogo maior entre todos os membros das famílias, acreditamos que no projeto seriam necessárias atividades conjuntas: jovens e família, para compreender e encontrar alternativas juntos. Outra limitante foi a questão de escolaridade, pois o projeto exigia que pelo menos 70% dos(as) jovens que participaram deveriam estar estudando, porém a realidade evidenciada pela Agricultura Familiar é outra, sendo que os jovens do campo têm um nível de escolaridade menor, pois muitos se vêem obrigados a abandonar os estudos para auxiliar na propriedade. Sugere-se a ampliação do percentual com a inclusão de jovens que não estejam estudando, pois várias jovens lideranças com perspectiva de permanecer no meio rural não puderam participar, restando voz de alguns que não tinham esta perspectiva.

Outro fator que dificultou um pouco o andamento do projeto foi a parte burocrática. Por ser um projeto do meio urbano adaptado ao meio rural, com uma metodologia diferenciada, a burocracia foi ainda maior, como por exemplo, a necessidade de preenchimento de muitas listas e cadastros. Isso ocupava muito tempo e dessa forma o espaço considerado de extrema importância para a formação era diminuído consideravelmente.

Por fim, um grande desafio encontrado pós-Consórcio é a dificuldade que os(as) jovens enfrentam de dar continuidade aos projetos produtivos iniciados, seja por falta de acompanhamento de técnicos ou por falta de formação continuada dos(as) próprios(as) jovens. Neste sentido, além da necessidade não somente de programas e políticas públicas adaptadas, mas sim específicas para o (a)jovem da Agricultura Familiar, é importante que as mesmas sejam integradas e de fácil acesso para alavancar, de fato, a permanência no meio rural e fazer dele um bom lugar para viver.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, tendo em vista a discussão deste artigo, que nas últimas décadas vivenciou-se uma forte migração do(a) jovem do campo para a cidade. Sendo assim, a realidade e o futuro da juventude são preocupantes. Em nosso país, são as raras políticas para juventude que, historicamente, tiveram como foco o jovem urbano. Resultado da organização e mobilização dos movimentos sociais e também de vontade política, nos últimos anos tivemos certo avanço na questão de visibilidade, na conquista de espaços e de políticas públicas, projetos e programas para o(a) jovem da Agricultura Familiar. Podemos citar algumas delas, como o PRONAF JOVEM, Nossa Primeira Terra e o Consórcio Social da Juventude Rural, que apesar de terem muitos problemas e ainda não serem o suficiente para a demanda existente, contribuem para a permanência do(a) jovem no meio rural e para o desenvolvimento da Agricultura Familiar.

O CSJR foi uma experiência que, apesar de várias limitantes, mostrou-se eficiente em muitos aspectos, tais como: fazer o(a) jovem refletir sobre a sua realidade, implementar alternativas diferenciadas de geração de trabalho e renda, inserir esses nas organizações que discutem e defendem a Agricultura Familiar, e ainda oportunizar que a juventude tivesse um diálogo intergeracional na sua família.

Por outro lado, por ser uma política mais uma vez pensada para o meio urbano e adaptada ao meio rural, encontrou algumas dificuldades na sua metodologia, formas de comprovar a inserção do(a) jovem nas políticas públicas, formas essas que não condizem com a concepção de sociedade da FETRAF-SUL/CUT em relação ao desenvolvimento, como por exemplo, uma nota de um agroquímico. Outra dificuldade encontrada é a continuação das novas alternativas de geração de trabalho e renda, que necessitam de subsídio e acompanhamento, o que ainda não está contemplado.

Sabe-se que muito tem se avançado em relação à valorização do(a) jovem da Agricultura Familiar, porém muitas reivindicações e conquistas se fazem necessárias, pois o êxodo rural ainda é bem presente e preocupante entre estes(as) jovens. Enquanto FETRAF-SUL/CUT, busca-se políticas públicas específicas, permanentes e articuladas que dêem conta de frear o êxodo rural, pois os dados pesquisados revelam que os jovens querem permanecer no meio rural, mas as condições atuais não favorecem tal permanência.

-
1. Brumer A, Spanevello R. Jovens Agricultores Familiares da Região Sul do Brasil. Porto Alegre: [s.n.]; 2008.
 2. Weisheimer N. Juventudes rurais: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2005.
 3. Comissão de Jovens do Fórum Sul dos Rurais da Cut. Juventude Rural: abrindo espaços e conquistando direitos. Curitiba: [s.n.]; 2000.
 4. Frigotto G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: Novaes, R. & Vanuchi P. (Org.). Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, Cultura e Participação. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo; 2004. P. 180-213.
 5. Silva MR, Reich L. A FETRAF-SUL/CUT e o Novo Sindicalismo. [S.l.]: AGNUS; [200-].
 6. FETRAF-SUL/CUT. Proposta de Tese do IV Congresso da FETRAF-SUL/CUT. Chapecó: texto digitado; 2013.
 7. Juventude da FETRAF-SUL/CUT. III Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar – Resolução Final: Juventude e Sucessão na Agricultura Familiar. Concórdia: texto digitado; 2011.
 8. Ruscheinsky A. Atores socioambientais. In: Ferraro Júnior, LA. (org.). ENCONTROS e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental; 2007.
 9. Ferraro Júnior LA. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental; 2005.
 10. FETRAF-SUL/CUT. Projeto Consórcio Social da Juventude Rural. Chapecó: texto digitado; 2006.
 11. Freire P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 1996.
 12. Loureiro CFB. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 2. Ed. São Paulo: Cortez; 2006.
 13. Grossi E. (Apres.). Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 1934 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos; 1997.
 14. Brandão CR. O que é educação. 7. Ed, São Paulo: Brasiliense; 1983.